

Escrito por Saraiva

Qua, 22 de Outubro de 2014 00:11 - Última atualização Qua, 22 de Outubro de 2014 00:13



O Ministério Público Estadual protocolou recomendações a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Piauí sobre o processo de escolha do novo conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado). No documento, o procurador geral do Ministério Público de Contas do TCE, Márcio Vasconcelos, e o promotor de justiça, Fernando Santos, pedem que o processo respeite a legalidade e adote procedimentos como comprovação de reputação ilibada e idoneidade moral dos candidatos.

A polêmica sobre a nova vaga de conselheiro do TCE-PI começou com a aprovação da Assembleia Legislativa de vacância do cargo do conselheiro Anfrísio Lobão, aposentado no dia 10 de outubro deste ano (2014). O requerimento, aprovado no dia 20 deste mês, atropela os procedimentos do TCE e está gerando divergência. O procurador Márcio Vasconcelos explicou ao Cidadeverde.com que a vaga de conselheiro é equivalente ao cargo de magistrado e deve ter exigências. Entre os documentos obrigatórios estão certidões negativas da Polícia Federal, da justiça e da polícia. “É uma comprovação de forma objetiva. No currículo tem que ter mais de 10 anos de atividade profissional na área jurídica, contábil, financeira e administração pública”, disse o procurador. Vasconcelos informou que em reunião nesta terça-feira (21 de outubro), toda equipe do TCE – servidores, conselheiros, auditores e técnicos – aprovaram que se a Assembleia lançar edital antes do Tribunal decretar vacância do cargo, ajuizará mandado de segurança. “Eu li o requerimento e me parece que a Assembleia declara a vacância do cargo. Um atropelo desnecessário, já que é uma decisão do TCE”, disse o procurador.

Ministério Público faz recomendação e proíbe Alepi de declarar vacância de cargo no TCE-PI

Escrito por Saraiva

Qua, 22 de Outubro de 2014 00:11 - Última atualização Qua, 22 de Outubro de 2014 00:13

